

Linhas orientadoras do planeamento e execução das atividades no domínio da Ação Social Escolar 2018-2021

No cumprimento das competências atribuídas ao Conselho Geral pelo Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações e redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, na alínea i), do número 1, do artigo 13.º, o Conselho Geral define as linhas orientadoras do planeamento e execução das atividades no domínio da Ação Social Escolar.

São objetivos da Ação Social Escolar a prevenção da exclusão social e do abandono escolar, bem como a promoção do sucesso escolar e educativo, de modo a que todos, independentemente das suas condições sociais, económicas, culturais e familiares, tenham a possibilidade de concluir, com sucesso, a escolaridade obrigatória.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, conjugado com o Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho e dos objetivos estratégicos do Projeto Educativo, o Conselho Geral considera que no planeamento e execução das atividades no domínio da ação social escolar, a Diretora da Escola Secundária Jorge Peixinho (ESJP) deve ter em conta as seguintes linhas de orientação:

1. APOIOS ALIMENTARES

- 1.1. Assegurar a todos os alunos da ESJP o acesso diário às refeições fornecidas, nos termos da legislação em vigor;
- 1.2. Assegurar uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades da população escolar, garantindo o cumprimento dos princípios dietéticos

de qualidade e variedade a que devem obedecer as refeições servidas nos refeitórios escolares, em conformidade com a legislação em vigor;

- 1.3. Diversificar a oferta alimentar do bufete, tendo em conta a necessária adequação às exigências da saúde alimentar e nutricional da população escolar, aplicando critérios para a seleção de produtos a comercializar e um regime de preços com vista à adoção de hábitos alimentares saudáveis;
- 1.4. Garantir o fornecimento de suplemento alimentar a todos os alunos com dificuldades económicas;
- 1.5. Promover um plano de ações no âmbito da saúde e higiene alimentar, incentivando o desenvolvimento de atividades escolares que impliquem a participação ativa dos alunos;
- 1.6. Assegurar a monitorização do funcionamento do refeitório e bufete, por iniciativa própria e/ou em colaboração com as entidades competentes na área da higiene e segurança alimentar, desenvolvendo as diligências necessárias para a correção das anomalias detetadas.

2. AUXÍLIOS ECONÓMICOS

- 2.1. Garantir o acesso gratuito a manuais e materiais escolares de aquisição obrigatória aos alunos pertencentes a famílias com elevadas carências económicas, devidamente comprovadas pelo diretor de turma e pelo serviço de Ação Social Escolar;
- 2.2. Fomentar a responsabilidade pelo uso de livros e materiais escolares cedidos, tendo em conta a sua possível reutilização e reciclagem. Sensibilizar os restantes alunos na reutilização dos seus livros e materiais escolares por doação.

3. BOLSAS DE MÉRITO

- 3.1. De acordo com o estipulado na legislação em vigor, atribuir Bolsas de Mérito aos alunos do ensino secundário que, cumulativamente, beneficiem dos auxílios económicos concedidos no âmbito da Ação Social Escolar;
- 3.2. Criar mecanismos que permitam a identificação de possíveis beneficiários e desenvolver ações de informação e sensibilização junto dos alunos, visando motivar para a aprendizagem e estimular a melhoria dos resultados escolares e o prosseguimento de estudos;
- 3.3. Envolver as famílias, responsabilizando os encarregados de educação na consecução dos objetivos referidos;
- 3.4. Publicitar junto da comunidade educativa a lista dos alunos premiados.

4. PREVENÇÃO E SEGURO ESCOLAR

- 4.1. Implementar medidas adequadas no campo da segurança e prevenção de acidentes durante as atividades escolares, de acordo com o previsto na legislação em vigor;
- 4.2. Assegurar as medidas do seguro escolar, de acordo com a legislação em vigor.

Aprovado em 21 de março de 2018

Presidente do Conselho Geral

Delminda Maria de Assunção